

às obras referidas nas folhas 66, 74 e 84.

4.1.16 A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s).

4.1.17

Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei.

Cuiabá - MT, 04 de fevereiro de 2019

Ludimila Prado Taglia
Ludimila Prado Taglia
Bióloga
Analista de Meio Ambiente
SEMA/MT

De Anado
De Anado
Coordenador de Políticas e
Licenciamento de Resíduos Sólidos
CPLRS/SUIMIS/SEMA-MT

demonstrando a entrada e saída do material (tabular os dados); informando a quantidade total, em toneladas ou metro cúbico, de resíduos recebidos e de resíduos destinados; informando qual foi a destinação/reutilização dos resíduos; avaliando a eficiência das medidas mitigadoras propostas; atualizando documentos do processo, se necessário. Junto ao relatório anual apresentar relatório fotográfico demonstrando, sucintamente, as condições de operação contemplando o armazenamento temporário na área de recebimento de resíduos, e a destinação/reutilização dos resíduos. As imagens devem estar acompanhadas de legendas.

4.1.2 O empreendimento deve manter fluxo adequado de entrada e saída de resíduos de modo a atender o cronograma proposto. Ao final do 12º mês de operação as características da área devem retornar e a área deve estar desprovida de qualquer tipo de resíduo.

4.1.3 O presente licenciamento contempla resíduos de construção civil Classe A como materiais de concreto e solos.

4.1.4 Não está contemplado no presente licenciamento o recebimento de resíduos de construção civil Classe B (resíduos recicláveis tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso), Classe C (resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação), e Classe D (resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde).

4.1.5 O presente licenciamento não inclui supressão de vegetação.

4.1.6 É proibida a queima de resíduos.

4.1.7 Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei. (Resolução CONAMA nº 307/2002)

4.1.8 O empreendedor será responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento.

4.1.9 A SEMA poderá exigir novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

4.1.10 Submeter previamente à SEMA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto.

4.1.11 Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores.

4.1.12 O projeto proposto deverá ser implantado conforme aprovação feita pela SEMA.

4.1.13 Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera.

4.1.14 Adotar medidas de controle para evitar o carreamento e o transbordamento de material sólido.

4.1.15 É proibido o recebimento de material oriundo de qualquer outra área, que não seja referente

Os materiais a serem recebidos no local são resíduos Classe A como materiais de concreto e solos que serão triados e triturados no local de origem/geração. Na área ocorrerá somente o armazenamento temporário dos resíduos. Não está previsto beneficiamento do material na área de armazenamento.

É informado que os resíduos após o armazenamento temporário serão reutilizados pela Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia para aplicação em obras de nivelamento de terrenos, recuperação de ruas não pavimentadas, nivelamento de estradas (fl. 30).

Como impactos da atividade na área foram apontados aumento no trânsito de caminhões nas vias de acesso à área; poluição atmosférica com material particulado no momento de descarga dos resíduos. Como medidas mitigadoras foram propostas implantação de cortina verde no entorno da área; sinalização da área; cercamento da área com palanque de madeira e arame. Neste sentido, deve o interessado verificar a necessidade de umectação das vias, principalmente nos meses de estiagem e em locais próximos a moradias e comércios, de modo a diminuir a emissão de poeira por conta da circulação de veículos.

A área pretendida para a operação do recebimento temporário de resíduos de construção civil classe A dista cerca de 60 metros do corpo d'água mais próximo (fl.63). Não está localizada em unidade de conservação ou amortecimento; não está localizada em terra indígena ou amortecimento. A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia manifestou por meio de Declaração de Uso e Ocupação do Solo que a área está em conformidade com as normas da prefeitura no que se refere ao uso e ocupação do solo e que não há restrições à execução da mesma (fl. 54).

Em análise ao protocolo nº 19383/2019 que respondeu ao Ofício nº 141266/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2018 observamos que as informações apresentadas atendem satisfatoriamente às solicitações do ofício.

De acordo com as informações apresentadas o empreendimento não se encontra em área que apresente restrição de uso e o projeto é compatível com a atividade pretendida, assim **opinamos pelo deferimento do requerimento da licença de operação provisória - LOP.**

4. CONCLUSÃO

Considerando os documentos e informações apresentados pelo responsável técnico Gustavo Henrique Fonseca, ART nº 2939206, **opinamos pelo deferimento do requerimento de Licença de Operação Provisória** da área de recebimento temporário de resíduos de construção civil Classe A do interessado Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, localizada na Avenida Cuiabá (antigo parque de exposições) município de Nova Brasilândia. É o parecer.

Cabe esclarecer que a SEMA, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou seu(s) responsável (is) técnico(s).

4.1 Condicionantes

4.1.1 Apresentar anualmente relatório contendo controle da movimentação/fluxo de resíduos

requerente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos.

Foram apresentados os seguintes documentos administrativos e técnicos: requerimento padrão assinado pelo responsável técnico Gustavo Henrique Fonceca (fls.02 a 03 e 110 a 111); ART nº 2939205 do engenheiro ambiental Gustavo Henrique Fonceca (fls.04 e 05); cópia de cadastro técnico nº 3725 do engenheiro ambiental Gustavo Henrique Fonceca (fl. 06); Declaração de Uso e Ocupação do Solo emitida pela Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia (fls. 07 e 54); cópia de ata de posse, documentos pessoais e diploma de Mauriza Augusta de Oliveira (fls. 08 a 10, 15 e 105); cópia de certidão e da matrícula nº 16430 emitida pelo Cartório do Sexto Ofício – Registro Geral de Imóveis 3ª Circunscrição (fls. 11 a 14, 94 a 95 e 103 a 104); publicações do pedido (16, 17, 52 e 53); plano de controle ambiental (fls. 18 a 35); cópia de procuração da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia para responsável técnico Gustavo Henrique Fonceca (fls.50 e 112); cópia da carteira de identidade profissional do responsável técnico Gustavo Henrique Fonceca (fl.51); cópia de comprovante de endereço (fatura de energia) do responsável técnico Gustavo Henrique Fonceca (fl.55); relatório fotográfico (fls. 57 a 59); cronograma de operação (fl. 61); mapas (fls. 62 a 64 e 107 a 109); cópia de LP nº 310636/2018, LI nº 69480/2018, LP nº 310007/2018, LI nº 68834/2018, LP nº 310622/2018, LI nº 69470/2018 e pareceres técnicos referentes às atividades de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais, do parque ecológico e drenagem e ciclovia (fls. 65 a 91). Cópia de comprovante de inscrição e de situação cadastral de CNPJ juntado na folha 115.

3.2 – LOCALIZAÇÃO

O local pretendido para implantação da área de recebimento temporário de resíduos de construção civil classe A localiza, nas coordenadas geográficas 14°55'45.06"S 54°58'11.91"W, com endereço na Avenida Cuiabá (antigo parque de exposições) no município de Nova Brasilândia - MT.

3.3 - ANÁLISE TÉCNICA

3.3.1 Análise da Licença de Operação Provisória

O requerimento trata de solicitação de emissão de Licença de Operação Provisória – LOP para área de recebimento temporário de resíduos de construção civil classe A.

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 592 de 26/05/2017, artigo 31, inciso IV, a LOP é concedida, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes.

Os materiais a serem recebidos na área são resíduos provenientes de obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais, do empreendimento parque ecológico e ciclovia no município de Nova Brasilândia licenciadas conforme a LI nº 68834/2018 válida até 27/05/2024, a LI nº 69480/2018 válida até 10/11/2024 e a LI nº 69470/2018 válida até 05/11/2024.

O cronograma de operação indica um período de execução de 1 ano contemplando implantação, destinação e despejo, limpeza do terreno e retirada de toda infraestrutura do local. Conforme cronograma (fl. 35) no 12º mês de operação ocorrerá a retirada de toda a infraestrutura. Portanto, ao final do 12º mês de operação as características da área devem retornar e a área deve estar desprovida de qualquer tipo de resíduo.

granulometria e área de armazenamento de solos (fl. 107).

O transporte e a coleta dos resíduos sólidos de construção civil serão feitos pela prefeitura municipal por meio de caminhão com caçamba ou containers (fl. 30).

Prevê implantação de cerca de isolamento; cortina verde (eucalipto) no entorno de toda área junto à cerca de isolamento; sinalização informando sobre proibição de destinação (recebimento) de resíduos como plástico, papel, papelão, madeira, metais, vidros e outros (fls. 30 a 32). A área está compreendida entre os polígonos de coordenadas geográficas 14°55'45.83"S 54°58'11.91" W; 14°55'43.52"S 54°58'9.49"W; 14°55'45.83"S 54°58'9.42"W; 14°55'47.09"S 54°58'12.70"W (fl. 63). O entorno da área é composto por área residencial (fl. 29).

O cronograma de operação indica um período de execução de 1 ano contemplando implantação, destinação e despejo, limpeza do terreno e retirada da infraestrutura. As obras as quais a área de recebimento está vinculada possuem a LI nº 69480/2018 (parque ecológico) com validade até 20/11/2024, a LI nº 68834/2018 (pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais) com validade até 27/05/2024 e a LI nº 69470/2018 com validade até 05/11/2024 (paisagem e drenagem e ciclovias) (fls. 66, 75 e 84).

Os resíduos armazenados na área serão destinados para aplicação em obras de nivelamento de terrenos, recuperação de ruas não pavimentadas, nivelamento de estradas realizadas pela própria Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia.

2. HISTÓRICO

Em 04/09/2018 o interessado requereu Licença de Operação Provisória – LOP por meio do processo nº 457575/2018.

Em 19/09/2018 foi emitido o Ofício nº 139356/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2018 solicitando justificativa do requerimento.

Em 25/10/2018 o interessado apresentou resposta ao Ofício nº 139356/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2018 conforme protocolo nº 557158/2018.

Em 12/11/2018 foi emitido o Ofício nº 140427/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2018 contendo relação de pendências.

Em 04/12/2018 o interessado apresentou resposta ao Ofício nº 140427/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2018 por meio do documento de protocolo nº 623563/2018. A análise do documento gerou o Ofício nº 141266/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2019 contendo solicitação de esclarecimentos.

Em 15/01/2019 o interessado apresentou resposta por meio do protocolo nº 19383/2019.

3. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

3.1 - CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma, não consistindo em atribuição do órgão ambiental atestar a veracidade destes, sendo responsabilidade do

Parecer Técnico

Análise de requerimento de licença de operação provisória.

PT Nº: 123177 / GGRS / CPLRS / SUIMIS /
2019Processo Nº: 457575/2018
Data do Protocolo: 04/09/2018**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO****Interessado**

- **Nome / Razão Social:** MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
- **CPF/CNPJ:** 15.023.963/0001-88
- **Endereço:** Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº. 267 - Centro. - CEP: 78.860-000
- **Município:** Nova Brasilândia - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia
- **Localização:** Avenida Cuiabá (antigo parque de exposições) coordenadas geográficas 54:58:11,91 W 14:55:45,06 S - CEP: 78860-300
- **Município:** Nova Brasilândia - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 54:58:11,91 - S: 14:55:45,06

Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** GUSTAVO HENRIQUE FONCECA
- **Formação:** Engenheiro Ambiental - CREA : MT028948

Atividades Licenciadas:

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA**1. PROJETO PROPOSTO**

Trata-se de requerimento de Licença de Operação Provisória – LOP para área de recebimento temporário de resíduos de construção civil Classe A como materiais de concreto e solos gerados em atividade de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais e obra de ciclovia e do empreendimento parque ecológico no município de Nova Brasilândia.

O presente licenciamento não contempla o recebimento de resíduos Classe B (resíduos recicláveis tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso), Classe C (resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação), e Classe D (resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde). Classificação conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002.

Os resíduos gerados na obra serão segregados no próprio local de geração e transportados para a área de recebimento temporário, objeto do presente licenciamento (fl. 102). Conforme layout apresentado a área terá setores de armazenamento de resíduos de concreto com pequena



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT

Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

Licença de Operação Provisória

LOP Nº: 2000/2019

VÁLIDA ATÉ: 18/02/2021

PROCESSO Nº: 457575/2018

DATA DE PROTOCOLO: 04/09/2018

A **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia

ATIVIDADE LICENCIADA:

ÁREA DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CLASSE A - BOTA FORA PARA OBRAS VIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO:

Avenida Cuiabá (antigo parque de exposições) coordenadas geográficas

54:58:11,91 W 14:55:45,06 S

Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 54:58:11,91 - S: 14:55:45,06

MUNICÍPIO:

Nova Brasilândia

CEP:

78860-300

NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO:

MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA

CNPJ/CPF: 15.023.963/0001-88

ATIVIDADE PRINCIPAL:

Administração pública em geral

RESTRIÇÕES:

Este licenciamento é provisório destinado apenas à Área de Bota Fora para armazenamento temporário de solos removidos, nas atividades de construção, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos, classificados como Resíduos da Construção Civil Classe A - Inertes, conforme Resolução CONAMA n.º 307, de 05 de julho de 2002.

Atender as demais restrições contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor;

É obrigatória a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida.

DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

- Conforme Parecer Técnico nº: 123177/CPLRS/SUIMIS/2019

LOCAL E DATA	Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços	Coordenador de Políticas e Licenciamento de Resíduos Sólidos
Cuiabá - MT, 19/02/2019	 Valmi Simão de Lima	 FERNANDO DE ALMEIDA PIRES

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

Rua C, esq. com Rua F - Centro Político Administrativo - Cuiabá / MT

CEP: 78050-970 - Fones: (65) 3613-7200

www.sema.mt.gov.br

SIMIAMT